

上訴案第 678/2020 號

上訴人：A

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

上訴人 A 於 2018 年 9 月 6 日在第三刑事法庭合議庭普通訴訟程序第 CR3-18-0153-PCC 號卷宗內，因以直接共同正犯，以既遂方式觸犯一項第 8/96/M 號法律第 13 條所規定及處罰的「為賭博的高利貸罪」，被判處 7 個月徒刑，並罰禁止進入本澳博彩娛樂場所為期兩年之附加刑；及以直接共同正犯，以既遂方式觸犯一項《刑法典》第 152 條第 2 款 a 項所規定及處罰的「剝奪他人行動自由罪」，被判處 3 年 6 個月徒刑。兩罪競合，合共被判處 3 年 9 個月實際徒刑，並判處禁止進入本澳博彩娛樂場所為期兩年之附加刑。

判決已生效，現正在服刑，上訴人將於 2021 年 8 月 29 日服完全部徒刑，並且已於 2020 年 5 月 29 日服滿了 2/3 刑期。

刑事起訴法庭為此繕立了第 PLC-052-19-1-A 號假釋案。在此案中，尊敬的刑事起訴法官於 2020 年 5 月 29 日作出批示，否決了上訴人的假釋。

對此，上訴人 A 不服上述決定，向本院提起上訴：

1. 尊敬的刑事起訴法庭法官於 2020 年 5 月 29 日所作批示否決了上訴人之假釋申請。除了表示應有及必要的尊重外，本上訴針對上述批示以違反刑法典第 56 條之規定為依據而提起。
2. 根據上述條文規定及尊敬的中級法院合議庭之多個裁決中，可得悉是否給予假釋取決於有關的形式要件及實質要件是否同時成立（例如中級法院合議庭在卷宗編號 1019/2010、319/2010、665/2014 所作之裁決）。
3. 形式要件方面，上訴人於 2018 年 9 月 6 日在第 CR3-18-0153-PCC 號初級法院第三刑事法庭合議庭普通刑事案卷宗內，因觸犯一項由第 8/96/M 號法律第 14 條配合同一法律第 13 條規定及處罰之“為賭博的高利貸罪”，被判處七個月徒刑，並因觸犯一項《刑法典》第 152 條第 2 款 a 項規定及處罰的“剝奪他人行動自由罪”被判處 3 年 6 個月徒刑，兩罪競合，合共被判處 3 年 9 個月實際徒刑。
4. 上訴人合共須服 3 年 9 個月實際徒刑。經計算後，有關刑罰將於 2021 年 8 月 29 日終止；而刑罰之三分之二已於 2020 年 5 月 29 日終止。毫無疑問，至目前為止，上訴人已服刑超過三分之二，絕對符合刑法典第 56 條所規定的假釋之形式要件。
5. 實質要件方面，是指在綜合分析了被判刑者的整體情況，並考慮到犯罪的特別預防和一般預防的需要後，法院在被判刑者回歸社會及假釋對法律秩序和社會安寧的影響兩方面均形成了對其有利的判斷，而各國的法律學者及本澳之司法見解均認為，現今刑罰之目的有兩者：第一是一般預防，第二是特別預防（例如尊敬的中級法院第 1019/2010、319/2010、665/2014 合議庭裁判）。

6. 對於特別預防方面，從下述上訴人入獄前與入獄後人格的轉變，便可得知該刑罰已對其產生作用，令其在服刑後不再作出犯罪行為。
7. 在服刑期間，上訴人嚴守獄中規則，行為良好，沒有任何違規紀錄，屬於信任類，行為的總評價為“良好”。(參見假釋檔案卷宗第 7 頁)。上訴人在服刑期間，參與了獄中的清潔組織訓練活動，尤其是積極主動地參與因應新型冠狀病毒而須進行的獄中清潔及消毒工作，希望能為社會作出貢獻，為重返社會及尋找工作做好準備，用行動實際地表現改過自身之決心。(參見假釋檔案卷宗第 14 頁，以及第 18 頁由上訴人親筆撰寫之信函)
8. 上訴人因入獄無法陪伴妻子，亦無法陪伴其子女成長，作為家中的獨子更無法負起照顧年老的祖父母的義務，為此上訴人已感到後悔不已，並決心將來要利用更多的時間，陪伴妻女及照顧父母，盡自己的努力完成作為父親及兒子的責任。(見卷宗第 17 及第 18 頁由上訴人親筆撰寫之信函)
9. 澳門監獄技術員在接觸上訴人後，經觀察後在假釋報告中澳門監獄技術員已認定從上訴人的實際行為及悔改之心可以得知上訴人經過是次教訓，肯定不會再作出不法行為，證明在特別預防方面，刑罰已對上訴人產生了應有及正面之效果，並達到特別預防的成效。
10. 不得不提的是，在上訴人服刑期間，除上訴人本人外，最清楚上訴人在入獄前後人格是否出現轉變之人非負責上訴人之社工及技術員莫屬，因此可以說上述監獄技術員之報告最能從客觀角度上分析刑罰是否對上訴人產生足夠的阻嚇作用，令其知悉犯罪之後果及嚴重性，使其出現人格轉變，日後不再作出任何犯罪行為。
11. 對於實質要件中的社會重返方面，從上述報告可得知上訴人積

極地預備重返社會後的安排，無論在工作及家庭方面已作好積極的準備，有信心能洗心革面，成為社會的良好份子，由此可見其重返社的決心。

12. 不得不提的是，現時已有內地企業願意聘請上訴人為助理工程師的工作，對於上訴人出獄後重返社會以及維持生計方面給予重大的支持。(見假釋檔案卷宗第 31 頁)
13. 現時上訴人存有良好的信念，希望可以早日回家，重新做人，履行丈夫及父親之應有責任，同時，上訴人在獄中亦做好本份，以免家人對其失望，從上訴人家人對其之支持、上訴人在出獄後將在國內從事工程的工作，可見其作出的承諾及其在獄中的行為表現，上訴人此後不再犯罪是屬有依據的。
14. 在一般預防方面，誠然上訴人所犯之罪行屬本澳常見犯罪，但其應被譴責之程度不屬嚴重，對法律所要求保護的法益及在法律秩序和社會安寧方面亦沒有造成重大衝擊。
15. 關於一些公眾對於本澳現行假釋制度的意見，載於《澳門特別行政區立法會會刊》，第四屆立法會，第二立法會期(2010-2011)，第二組，第 IV-17 期中指出：“特區成立後有多個個案顯示，不少服刑人士雖然服刑已達 2/3，且獲得社工、獄長及檢察官對其在獄中行為的肯定，但最終卻不獲法官的批准，因而令服刑都未能獲得假釋。令彼等深感沮喪，亦令假釋制度所發揮的鼓勵和積極作用大打折扣。”
16. 事實上，在眾多的司法見解以及學說均認為刑罰最重要的功能並非報復或彰顯法律的威懾力，最重要的是教化使人不再犯罪及重新融入社會，故此案已符合並達到了假釋所要求的一般預防應有之效用。
17. 特別預防與一般預防之間的平衡點方面：尊敬的中級法院合議

庭曾在第 319/2010 號上訴案的合議庭裁判中指出：“法院不能過於要求一般預防的作用而忽視了特別預防的作用，而使人們產生“嚴重罪行不能假釋”的錯誤印象。並且，這也不符合刑法所追求的刑罰的目的。”

18. 另外，對於假釋可能將損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望，未能使社會大眾接受被判刑者的嚴重犯罪行為所造成的對法律秩序帶來的極大衝擊及對社會安寧帶來的負面影響這方面，是有需要從被判刑者在服刑期間的人格轉變及重返社會的能力上作考慮。否則即使刑期屆滿後，被判刑者未能悔改，重蹈覆轍，同樣是損害了公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望，亦同樣對法律秩序帶來極大衝擊及對社會安寧帶來負面影響。因此只要被判刑者的人格及心理素質在被判刑後有進行轉變，給予假釋是不會產生問題的，反之更能讓其提早重新接觸社會，更快地適應。
19. 上訴人從被囚禁於監獄後的 2 年 6 個月裡洗心革面，無任何違規紀錄，在獄中積極參加培訓，並已作好無論在工作、回饋社會、家庭方面的準備，這正是上訴人入獄前與入獄後人格的進展、返回正途之演變。到現時仍不給予上訴人假釋是極其苛刻地適用法律，且錯誤理解立法者有關假釋制度的原意。
20. 假釋制度本身是立法者專為囚犯而設的一種鼓勵性制度，首要為有利囚犯重返社會，繼而才是保護社會。因此，法院在作出是否給予囚犯假釋決定時，應先從有利囚犯重返社會之角度出發，從寬處理。
21. 綜上所述，上訴人是完全符合澳門刑法典第 56 條所規定的形式及實質前提，應給予其假釋之機會；而尊敬的刑事起訴法庭法官以上訴人的表現仍未獲確信一旦獲釋後不再犯罪及若給予上訴人假釋會影響維護法律秩序及社會安寧為由否決上訴

人之假釋申請，上訴人認為尊敬的刑事起訴法庭法官並未有在預防的兩個方面達致一個平衡點，違反了刑法典第 56 條之規定，現請求尊敬的中級法院合議庭判處本上訴理由成立，廢止尊敬的刑事起訴法庭法官於 2017 年 7 月 3 日作出不給予上訴人假釋的決定，並裁定批准假釋。

請求：綜合以上所列舉的法律及事實理由，同時不妨礙尊敬的中級法院合議庭諸位法官閣下的高見，懇請裁定本上訴得直，並作出如下公正裁判：

判處本上訴理由成立，廢止刑事起訴法庭法官於 2020 年 5 月 29 日作出不給予上訴人假釋的決定，並裁定批准假釋。

檢察院對上訴人的上訴理由作出答覆，認為應判處上訴人的上訴理由不成立，並建議維持原審法庭之裁判。

在本上訴審程序中，尊敬的助理檢察長閣下提交了法律意見，認為上訴人的上訴理由不能成立，應該予以駁回。¹

¹ 其葡文內容如下：

Entendemos que não deve ser reconhecida razão ao recorrente A, por não estarem preenchidos, na íntegra, os pressupostos da aplicação da liberdade condicional.

Por força do art.º 56 n.º 1 do Código Penal de Macau, a concessão da liberdade condicional depende da co-existência do pressuposto formal e do pressuposto material.

É considerado como pressuposto formal da concessão da liberdade condicional, que o condenado tenha já cumprido dois terços da pena de prisão e no mínimo seis meses. Já o pressuposto material abarca a ponderação global da situação do condenado à vista da necessidade da prevenção geral e prevenção especial, sendo a pena de prisão objecto de aplicação da liberdade condicional quando resultar um juízo de prognose favorável ao condenado em termos da aceitável reintegração do agente na sociedade e da defesa da ordem jurídica e da paz social.

Neste sentido, a aplicação da liberdade condicional nunca é feita pela lei com o carácter automático, ou seja, não é obrigatório aplicá-la mesmo estando preenchido o pressuposto formal, tendo de mostrar-se satisfeito o pressuposto material.

Em relação à reintegração social do condenado, nunca podemos deixar de ponderar, mesmo que resulte um juízo de prognose favorável ao mesmo, em referência às circunstâncias

da sua ressocialização, que "... se ainda aqui deve exigir-se uma certa medida de probabilidade de, no caso da liberdade imediata do condenado, estes conduzir a sua vida em liberdade de modo socialmente responsável. Sem cometer crimes, essa medida deve ser a suficiente para emprestar fundamento razoável à expectativa de que o risco da libertação já possa ser comunitariamente suportado." (Cf. Jorge de Figueiredo Dias, *Direito Penal Português – As consequências Jurídicas do Crime*, 2ª. Reimpressão, §850).

Por outro lado, consta-se na fls. 154 das anotações do Código Penal de Macau dos Drs. Manuel Leal-Henrique e Manuel Simas Santos o seguinte: "Nas sessões de trabalho entre os representantes da Assembleia Legislativo e do Executivo discutiu-se amplamente a temática da liberdade condicional, tendo os deputados chamado à atenção para a necessidade de se imprimir maior rigor na aplicação do instituto.", citando o respectivo registo do relatório das Sessões, "Ainda sobre a liberdade condicional, foram apresentadas desconcordâncias quanto ao estipulado no ..., e no nº 4, que consagra a concessão ope legis da liberdade condicional na situação aqui regulada. (in Relatório das Sessões)"

É evidente, em consonância com o vigente C.P.M., ser a última ponderação a influência à ordem jurídica e tranquilidade social trazida pela decisão da concessão da liberdade antecipada do condenado.

Analizados os autos, foi o recorrente, não residente de Macau, condenado na pena de prisão de 3 anos e 9 meses pela prática dos crimes de usura para o jogo e sequestro durante a sua permanência em Macau como turista, perturbando a ordem jurídica e a paz social desta R.A.E.M..

Apesar do comportamento adequado durante o período do cumprimento da pena de prisão, ou seja, do "bom comportamento prisional", e é especulativo de aferir a intenção da reintegração social do recorrente, entendemos que não são preenchidos completamente os pressupostos da concessão da liberdade condicional, por não conseguirmos chegar a uma conclusão favorável ao recorrente, confiando que este, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável sem cometer crimes.

Além do mais, não podemos deixar de ter em conta a natureza e gravidade dos factos criminais cometidos uma vez que são sempre partes dos elementos de consideração de que o Tribunal a quo tem de curar, quer na fase de julgamento, quer na decisão da aplicação da liberdade condicional.

Em referência à natureza e à consequência jurídica do crime de Sequestro, com circunstância agravante, cometido pelo recorrente, são evidentes o prejuízo da ordem pública e a perturbação da tranquilidade social.

Como é do conhecimento geral a criminalidade relacionada com o Sequestro tem trazido instabilidade e perigo social, relevando exigências de prevenção geral relativamente a este tipo de actividade ilícita, que se constituem como riscos sérios para a ordem pública e a paz social, isto na perspectiva de Macau como cidade de turismo, moderna e internacional.

Tendo em consideração a realidade social de Macau e a rigorosa exigência da prevenção geral quanto ao tipo de crime praticado pelo recorrente, bem como a influência negativa que a liberdade antecipada do recorrente virá trazer para a comunidade, nomeadamente, o prejuízo da expectativa da eficiência das leis, temos de afirmar que a concessão da liberdade condicional seria, muito provavelmente, incompatível com a ordem jurídica e a paz social.

Pelo exposto, concordando com o Digno Magistrado do M.P. na sua resposta à motivação do recurso, não conseguimos chegar a uma conclusão favorável ao recorrente para lhe conceder a liberdade condicional, por não vermos que as condições em que o recorrente se encontra encontrem eco no disposto do artº 56 nº 1 do C.P.M..

Concluindo, entendemos que deve ser rejeitado o recurso interposto por improcedente.

一、事實方面

本院認為，案中的資料顯示，下列事實可資審理本上訴提供事實依據：

- 上訴人 A 於 2018 年 9 月 6 日在第三刑事法庭合議庭普通訴訟程序第 CR3-18-0153-PCC 號卷宗內，因以直接共同正犯，以既遂方式觸犯一項第 8/96/M 號法律第 13 條所規定及處罰的「為賭博的高利貸罪」，被判處 7 個月徒刑，並罰禁止進入本澳博彩娛樂場所為期兩年之附加刑；及以直接共同正犯，以既遂方式觸犯一項《刑法典》第 152 條第 2 款 a 項所規定及處罰的「剝奪他人行動自由罪」，被判處 3 年 6 個月徒刑。兩罪競合，合共被判處 3 年 9 個月實際徒刑，並判處禁止進入本澳博彩娛樂場所為期兩年之附加刑。
- 判決已生效，現正在服刑，上訴人將於 2021 年 8 月 29 日服完全部徒刑，並且已於 2020 年 5 月 29 日服滿了 2/3 刑期。
- 監獄方面於 2020 年 4 月 17 日向刑事起訴法庭提交了假釋案的報告書（其內容在此視為全部轉錄）。
- 上訴人 A 同意假釋。
- 刑事起訴法庭於 2020 年 5 月 29 日的批示，否決了對 A 的假釋。

二、法律方面

上訴人認為已經符合假釋的條件，否決假釋的決定違反了《刑法典》第 56 條的規定。

《刑法典》第 56 條規定：

“一.當服刑已達三分之二且至少已滿六個月時，如符合下列要件，法院須給予被判徒刑者假釋：

- a) 經考慮案件之情節、行為人以往之生活及其人格，以及於執行徒刑期間在人格方面之演變情況，期待被判刑者一旦獲釋，將能以對社會負責之方式生活而不再犯罪屬有依據者；及
- b) 釋放被判刑者顯示不影響維護法律秩序及社會安寧。

二.假釋之期間相等於徒刑之剩餘未服時間，但絕對不得超逾五年。

三.實行假釋須經被判刑者同意。”

從這個規定看，是否批准假釋，除了要符合形式上的條件（服刑已達三分之二且至少已滿六個月）以外，集中在要符合特別及一般犯罪預防的綜合要求的實質條件上。

在特別的預防方面，要求法院綜合罪犯在服刑過程中的表現，包括個人人格的重新塑造，服刑中所表現出來的良好的行為等因素而歸納出罪犯能夠重返社會、不會再次犯罪的結論。

而在一般預防方面，則是集中在維護社會法律秩序的要求上，即是，綜合所有的因素可以讓我們得出罪犯一旦提前出獄不會給社會帶來心理上的衝擊，正如 Figueiredo Dias 教授的觀點，“即使是在對被判刑者能否重新納入社會有了初步的肯定判斷的情況下，也應對被判刑者的提前釋放對社會安定帶來嚴重影響並損害公眾對被觸犯的法律條文的效力所持有的期望的可能性加以衡量和考慮，從而決定是否應該給予假釋”；以及所提出的，“可以說釋放被判刑者是否對維護法律秩序及社會安寧方面造成影響是決定是否給予假釋所要考慮的最後因素，是從整個社會的角度對假釋提出的一個前提要求。”²

那麼，我們看看上訴人是否符合假釋的條件。

² In Direito Penal Português, As Consequências Jurídicas do Crime, 1993, pp. 538-541.

在獄中，上訴人空閒時喜歡做運動、自學英語和閱讀。雖然沒有參加回歸教育課程，但於 2019 年 7 月 8 日開始參與清潔組職訓活動。上訴人沒有違規紀錄，在獄中被列為“信任類”，行為總評價為“良”。監獄長對上訴人的提前釋放作出了肯定的意見。這說明，上訴人在服刑期間的表現顯示出他在人格方面的演變已向良好的方向發展，在犯罪的特別預防方面可以得出對他的提前釋放有利的結論。

然而，正如我們一直認為，囚犯的犯罪後的表現，尤其是在服刑期間在主觀意識方面的演變情況顯示出有利的徵兆，亦不是當然地等同於假釋出獄後不會對社會安寧及法律秩序造成危害。這不單取決於其本人的主觀因素，而更重要的是考慮這類罪犯的假釋所引起的消極社會效果，假釋決定使公眾在心理上無法承受以及對社會秩序產生一種衝擊等負面因素。

誠然，我們一直強調，必須在犯罪預防的兩個方面取得一個平衡點，一方面，假釋並不是刑罰的終結，它的最有效作用是在罪犯完全被釋放之前的一個過渡期讓罪犯能夠更好地適應社會，而完全的融入這個再次生活的社會。另一方面，法院不能過於要求一般預防的作用而忽視了特別預防的作用，而使人們產生“嚴重罪行不能假釋”的錯誤印象。但是，上訴人以旅客身份來澳從事與賭場的利益有關的犯罪行為，從其犯罪的“反社會”性來看，一般犯罪預防方面對於一個以依賴旅遊業發展的澳門就有著更高、更嚴格的要求，也就是說對此類以旅客身份來到澳門而進行此類犯罪活動的行為在足以使公眾的心理承受能力能夠接受對此類犯罪之前，提前釋放確實是對社會、法律秩序帶來另外一次嚴重的衝擊。這就決定了上訴人還不具備所有的假釋條件，法院還不能作出假釋的決定，其上訴理由明顯不能成立，應該予以駁回。

三、決定

綜上所述，本合議庭決定判處上訴人 A 的上訴理由不成立，維持

原審法院的決定。

本案訴訟費用由上訴人支付，並應繳納 4 個計算單位的司法稅。

確定上訴人的委任辯護人的費用為 1500 澳門元，由上訴人支付。

澳門特別行政區，2020 年 7 月 23 日

蔡武彬（裁判書製作人）

陳廣勝（第一助審法官）

譚曉華（第二助審法官）